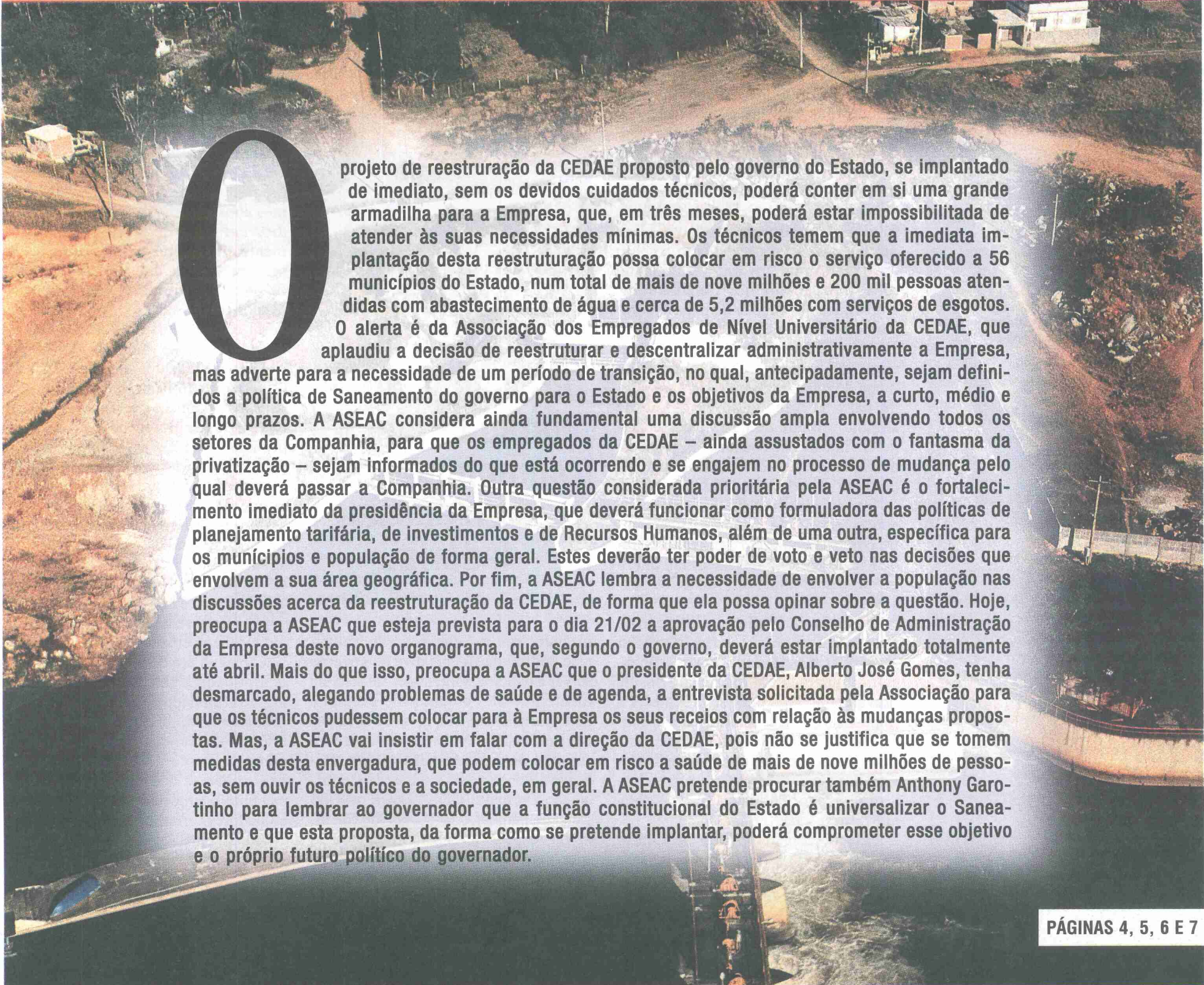


ACORDA CEDAE!

Técnicos querem mais transparência na reestruturação da Empresa



O projeto de reestruturação da CEDAE proposto pelo governo do Estado, se implantado de imediato, sem os devidos cuidados técnicos, poderá conter em si uma grande armadilha para a Empresa, que, em três meses, poderá estar impossibilitada de atender às suas necessidades mínimas. Os técnicos temem que a imediata implantação desta reestruturação possa colocar em risco o serviço oferecido a 56 municípios do Estado, num total de mais de nove milhões e 200 mil pessoas atendidas com abastecimento de água e cerca de 5,2 milhões com serviços de esgotos. O alerta é da Associação dos Empregados de Nível Universitário da CEDAE, que aplaudiu a decisão de reestruturar e descentralizar administrativamente a Empresa, mas adverte para a necessidade de um período de transição, no qual, antecipadamente, sejam definidos a política de Saneamento do governo para o Estado e os objetivos da Empresa, a curto, médio e longo prazos. A ASEAC considera ainda fundamental uma discussão ampla envolvendo todos os setores da Companhia, para que os empregados da CEDAE – ainda assustados com o fantasma da privatização – sejam informados do que está ocorrendo e se engajem no processo de mudança pelo qual deverá passar a Companhia. Outra questão considerada prioritária pela ASEAC é o fortalecimento imediato da presidência da Empresa, que deverá funcionar como formuladora das políticas de planejamento tarifária, de investimentos e de Recursos Humanos, além de uma outra, específica para os municípios e população de forma geral. Estes deverão ter poder de voto e veto nas decisões que envolvem a sua área geográfica. Por fim, a ASEAC lembra a necessidade de envolver a população nas discussões acerca da reestruturação da CEDAE, de forma que ela possa opinar sobre a questão. Hoje, preocupa a ASEAC que esteja prevista para o dia 21/02 a aprovação pelo Conselho de Administração da Empresa deste novo organograma, que, segundo o governo, deverá estar implantado totalmente até abril. Mais do que isso, preocupa a ASEAC que o presidente da CEDAE, Alberto José Gomes, tenha desmarcado, alegando problemas de saúde e de agenda, a entrevista solicitada pela Associação para que os técnicos pudessem colocar para à Empresa os seus receios com relação às mudanças propostas. Mas, a ASEAC vai insistir em falar com a direção da CEDAE, pois não se justifica que se tomem medidas desta envergadura, que podem colocar em risco a saúde de mais de nove milhões de pessoas, sem ouvir os técnicos e a sociedade, em geral. A ASEAC pretende procurar também Anthony Garotinho para lembrar ao governador que a função constitucional do Estado é universalizar o Saneamento e que esta proposta, da forma como se pretende implantar, poderá comprometer esse objetivo e o próprio futuro político do governador.

PÁGINAS 4, 5, 6 E 7

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Presidente
 Dario Mondego
 Diretor Vice-presidente
 Paulino Cabral da Silva
 Diretor Administrativo
 Júlio César Oliveira Antunes
 Diretor Financeiro
 Edson Reis da Silva
 Diretor de Comunicação
 Flávio José Soares de Moura
 Diretor Técnico
 Claudino Victor R. E. Santo
 Diretor Social
 César Lima da Graça
 Diretor Jurídico
 Aloysio Gomes Feital Filho
 Diretor Adjunto
 Flávio de Carvalho Filho

CONSELHO DIRETOR

Representante dos Administradores
 Luziete Francisca da Silva
 Advogados
 Sueli Kolling Turano
 Aposentados
 Maria Christina Piragibe
 Maria Carmem M. Almeida
 Nelson Martins Portugal
 Armando Costa Vieira
 Edison Bittencourt Rosa
 Arquitetos
 Marilusa de Andrade da Fonseca
 Sócios Aspirantes
 Wagner Gonçalves Mondego
 Demais Categorias
 Antonio Bastos de Oliveira
 Economistas
 Firmino Gustavo Gameleira
 Engenheiros
 Daisy Cristina de A. Menezes
 Sidney do Valle Costa
 Sidney Werneck dos Santos

CONSELHEIROS NATOS

Antônio Inácio da Silveira, Walny
 Bittencourt de Oliveira, Emy
 Guimarães de Lemos, João Carlos do
 Rego Pinto, Renato Lima do Espírito
 Santo e Carlos Henrique Soares de
 Menezes e Jaime Dutra Noronha.

CONSELHO FISCAL

Efetivos: Aloísio Souza da Silva, José
 Alberto Burd e Gerson Pereira L.
 Nascimento. Suplentes: Antônio
 Bastos de Oliveira, Jorge Rodrigues
 Leitão e Leon Ambram

Produção e Edição

Planin-Assessoria de Comunicação
 Tels: (021) 220-2461/524-0890
 planin@unikey.com.br

Jornalista Responsável
 Anne Raquel Sampaio
 MTB: 13.773 / RJ

Diagramação e Arte
 J. Paulo Eleutério

Edição de Janeiro de 2001
 Tiragem: 2.000 exemplares

Novo golpe na aposentadoria

Mudanças nas regras da previdência privada afetam segurados da Prece

Disposto a “enxugar” as estatais brasileiras, de forma a torná-las mais atrativas aos olhos do capital privado e ao mesmo tempo facilitar o crescimento dos fundos de pensão abertos, o governo federal desferiu um golpe certeiro nos fundos de previdência fechados, mantidos por companhias estatais, através do decreto 3.721/01, que institui novos limites de idade para os regimes de previdência privada dos participantes.

Na opinião de líderes sindicais e especialistas em direito previdenciário, o ataque desferido pelo governo do presidente Fernando Henrique Cardoso aos fundos de pensão das estatais tem como objetivo beneficiar as instituições financeiras. Além disso, a Secretaria de Previdência Complementar (SPC) vem ameaçando intervir nos principais fundos, sob o argumento de que o seu patrimônio está superavaliado.

A pressão do governo vem criando forte insegurança nos trabalhadores amparados por fundos de pensão complementar, como é o caso da Previdência da CEDAE – Prece – e nos demais, que representam a única esperança de uma aposentadoria mais digna para os trabalhadores. Além de ampliar o limite de idade para recebimento integral dos benefícios, o governo ainda acena com a possibilidade de eliminar a proporcionalidade entre o tempo de contribuição e o direito da aposentadoria. O fim da paridade entre o patrocinador e o empregado também está na lista das medidas que o governo quer impor aos fundos de pensão das estatais.

Segundo sindicalistas, a intenção do governo não é outra, senão beneficiar os bancos e outras instituições financeiras, que mantêm fundos abertos de previdência. Para eles, se prevalecer a imposição da idade mínima para os participantes dos fundos fechados, uma parcela significativa dos associados deverá desistir dos benefícios ou tenderá a migrar para entidades abertas, que não sofrem essa limitação.

Pelo decreto publicado no Diário Oficial de 9 de janeiro último, a partir de julho deste ano, passa a vigorar a idade mínima de 55 anos e meio para que o participante de um fundo fechado, como é o caso da Prece, tenha direito à complementação da aposentadoria. A idade mínima é progressiva e aumenta seis meses a cada ano até 2010 ou 2020, dependendo do tipo de

plano, sempre tendo o mês de julho como data da mudança. Isto significa que, em julho de 2010, a idade mínima para que um participante tenha direito à complementação será de 60 anos. Em 2020, a idade mínima será de 65 anos.

Entidades se mobilizam

Preocupados com a descaracterização dos planos de benefícios, principalmente no que refere a direitos já adquiridos, diversas entidades representativas de trabalhadores da área de petróleo, bancos, telefônicos etc. vêm se mobilizando, em conjunto, para tentar sensibilizar parla-

damental da seguridade social.

Na opinião de sindicalistas, o que o governo pretende é fugir da responsabilidade legal de cobrir qualquer insuficiência financeira que possa ocorrer com relação ao pagamento dos benefícios estabelecidos pelo plano vigente. Insuficiências essas conseqüentes da inadequada política de pessoal adotada nestes últimos 10 anos, sob o questionável argumento do aumento da eficiência, com paralela redução de mão-de-obra. É o que vem ocorrendo, por exemplo, na Petrobrás, na CEDAE e na maioria das companhias de Saneamento do país, cujos quadros não se renovam há anos, reduzindo o volume de contribuições para o fundo de previdência dos empregados dessas empresas. Nos últimos anos, a CEDAE reduziu seus quadros em cerca de 3 mil pessoas. Somente a Petrobrás perdeu cerca de 20 mil empregados, substituídos por mão-de-obra terceirizada. Coincidentemente, por ordem do FMI, o governo federal escolheu os dois setores como “bola da vez” da privatização.

Para os dirigentes sindicais, o governo federal não hesitará em prejudicar os participantes, alterando as regras dos fundos de previdência, já que a prioridade maior é a preparação das empresas para a privatização. Além disso, faltou transparência ao processo, pois é preciso haver um debate mais amplo em torno do decreto 3721/01. Segundo os sindicalistas, o decreto não se sustenta tecnicamente, porque o fundo de pensão é um contrato privado entre patrões e empregados e não pode sofrer interferência de leis, já que é um ato jurídico perfeito.

O presidente do Sindicato Nacional de Entidades Fechadas de Previdência Privada (Sindapp), Paulo Teixeira Brandão, por exemplo, está preocupado com o futuro dos fundos fechados diante do comportamento do governo. Ele acha que se não se conseguir sustar politicamente o processo em curso, os trabalhadores sofrerão enormes prejuízos.

Atualmente, segundo a SPC, existem 364 fundos de pensão no país, beneficiando 6,5 milhões de pessoas. O maior deles é o Previ, do Banco do Brasil, com um patrimônio de R\$ 33,1 bilhões, segundo dados de novembro de 2000. Juntos, os fundos de previdência privada reúnem recursos da ordem de R\$ 140 bilhões, o que representa quase 15% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro.

Somente aos 55 anos e meio os participantes de Fundos Previdenciários terão direito à complementação da aposentadoria.

mentares, em Brasília, e mostrar à opinião pública que a iniciativa do governo só vai atender aos interesses do sistema financeiro. Eles citam como exemplo, também, a tentativa do governo de impor aos fundos de previdência das estatais a substituição dos planos de Benefício Definido (BD) por um sistema de Contribuição Definida (CD). Ocorre que, no plano tradicional, o associado sabe quanto vai receber de benefício quando se aposentar, ao passo que, no sistema de contribuição definida, o valor do benefício dependerá do sucesso da aplicação dos recursos dos fundos. Ou seja, “o que caracteriza os chamados planos de contribuição definida é exatamente a incerteza do benefício”. Além disso, a individualização das contas atenta contra o princípio da solidariedade, alicerce fun-

O blefe respeitável

Convivi com um colega que ousava nas suas afirmativas numéricas e estimativas verbalizadas. Devido à experiência acumulada, à formação e à especialização, somadas à sua autoridade gerencial, tornavam-se dados oficiais e ganhavam asas entre os formadores de opiniões. Nunca vi ou ouvi alguém contestá-lo. O tempo passou. Saudoso colega, porque já se foi... Que me perdoe: como blefava!

É assim. Se observarmos, como há blefes que se tornaram verdades incontestáveis! Por exemplo, é citado em prosa que a universalização do Saneamento Básico no Brasil requer a cifra, não menor, de R\$ 36 bilhões para os investimentos necessários. Diversas autoridades federais espriam esse número pela mídia em geral, mormente para justificar a privatização desse serviço essencial, básico para a saúde pública brasileira, dentre outros. Virou verdade! É o impulso da “chutometria” muito praticada nos bancos escolares. Tudo bem. O que fazer se também não dispomos de provas contrárias? O jeito é aceitar como verdadeiro, com reservas, é claro.

Entretanto, a assertiva de que essa cifra só é possível junto à iniciativa privada é subestimar o nosso discernimento. Quando há vontade política; quando são acudados pela sociedade, pelo Congresso Nacional ou por medidas cautelares ou decisões judiciais, rapidamente emerge a criatividade e, como um passe de mágica, soltam-se de suas mangas os bilhões de reais necessários. Se não vejamos: o STF sentenciou – é devido ao trabalhador a correção dos depósitos do FGTS por perdas acarretadas com os planos econômicos do governo. Pois bem, já há 7 (sete) propostas que, juntas, não só pagarão cerca de R\$ 40 bilhões na correção do FGTS, como também, reforçariam o caixa do Fundo em cerca de R\$ 109 bilhões. É óbvio, todavia, que ainda serão ouvidas as centrais sindicais e patronais.

Há um dado interessante na defesa do governo que muito lhe agrada: é o repasse integral para o Fundo (uma das sete propostas) dos 40% pagos pelos empregadores, como multa, nas demissões sem justa causa. É que, além de render ao Fundo, em 7 (sete) anos, cerca de R\$ 39 bilhões, como consequência, reduziria os saques entre 30% e 40%, garantindo uma verba adicional para ser usada, anualmente, em projetos de financiamento em habitação e em Saneamento Básico, na ordem de R\$ 5 bilhões a R\$ 6 bilhões. Ora, ora! R\$ 6 bilhões, em 10 anos, somariam R\$ 60 bilhões, isto é, valor superior em R\$ 24 bilhões, acima

da assertiva da “falência” de recursos para o setor, na ordem de R\$ 36 bilhões.

Como o governo vem nos últimos anos fechando as “torneiras” dos recursos de órgãos públicos federais para empréstimos ao setor público estadual ou municipal, o empreendimento privado fica em festa. Afinal, em verdade aquele mundo toma emprestado, aqui e no exterior para emprestar à sociedade em forma de investimentos reembolsáveis, com generosas arrecadações, acrescidas dos excedentes financeiros (lucro), através da tarifa, nas quais vem incluído na sua formação o fator remuneração de investimentos. Administram, somente, e levam o lucro!

Lembro, sempre, que o Sistema Guanabara, que fez desaparecer o caos do abastecimento de água do Rio de Janeiro, desde a época da capital da república, foi financiado pelo capital internacional e totalmente pago às instituições empresadoras de tal recurso financeiro.

É uma prova, dentre tantas outras nos anais de Cedae, de que se é para pegar emprestado, por que privatizar em detrimento da Cedae pública, que só deu certo, até o momento em que resolveram dilapidá-la para satisfazer defesas de idéias escusas e de interesses não confessados?

Não fica por aí. O governo federal vai urbanizar as favelas do Rio, São Paulo e Salvador. Que ótimo! Disponibilizará R\$ 700 milhões do Fundo de Pobreza para os investimentos necessários que envolvem projetos de urbanização como pavimentação de ruas e regularização dos serviços de luz, água e esgotos. Afóra a justa e reclamada obrigação das autoridades, chama-me a atenção o fato de que a energia elétrica, aqui no Rio, foi privatizada e é explorada pela Light. Os serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário são a “bola da vez”. O governo federal vem se empenhando, rigorosamente, para privatizá-los no âmbito nacional. No primeiro caso é a questão social que foi subestimada nos Editais de privatização. No segundo caso, talvez, quem sabe, não seria a sinalização, como chamariz e conforto para o empreendimento privado que aguarda com ansiedade a aprovação do Projeto de Lei que já tramita no Congresso Nacional instituindo diretrizes nacionais para o saneamento básico e que, certamente, viabilizará o desencadeamento das privatizações, principalmente, nas Regiões Metropolitanas? Neste caso, as favelas ficariam prontas. O mundo privado entraria para explorar a capacidade instalada pelo governo. Sabe-se que elas têm

representado um senão para o capital especulativo.

Sem nos aprofundarmos, porém não devemos esquecer que para aprovação da CPMF, em vigor há mais de 3 (três) anos, uma das justificativas era a necessidade de recursos para o saneamento básico. Até hoje, “neca de pitibiriba”

Esta é a visão resultante do nosso discernimento. Pára. Presta atenção. Os nossos governantes, volta e meia, “embaraçam-se nos cabelos de suas próprias pernas” e dissimulam com a postura de pernas cruzadas.

O chato é ter que engolir tudo isso! Acorda sociedade. Tira o engessamento total. Como está, “morrerá” e se tornará um embrulho à semelhança das múmias egípcias.

Há alguns anos que a obstinação de minha luta está na defesa do saneamento básico na gestão pública, universalizando-o para todos os seguimentos da sociedade brasileira, de forma compartilhada entre o poder estadual e municipal, por força da própria Constituição do Brasil.

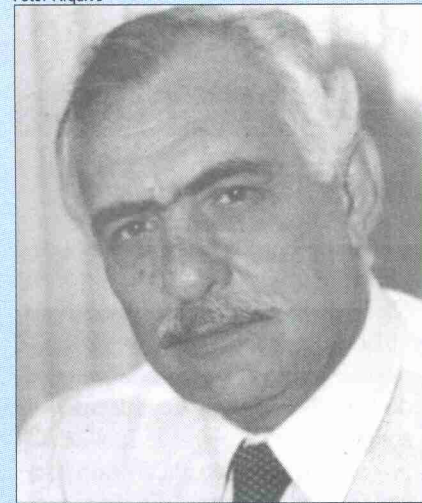
Obviamente, sem corporativismo, já que estou aposentado há 6 (seis) anos, defendo as estatais estaduais e municipais, dentre elas a Cedae, por entender que elas são um instrumento ideal para viabilização do saneamento básico, de acordo com a nossa cultura política. Cultura é cultura. Imutável, pelo menos, em algumas gerações.

Entretanto, preocupo-me com o dia-a-dia da nossa Cedae. Ela passa por um processo complicado e de risco. Há momentos em que tenho a sensação de estar revivendo a história das “Capitanias Hereditárias”. O momento é de união, para abraçar fortemente a vontade política do governador de não privatizá-la. Mas, bastou surgir um novo organograma para que a Alerj e os partidos políticos se tornassem em campos de pouso para “aeronaves” carentes de salvo-conduto para prosseguirem na autonomia política de seus vãos.

É a oportunidade derradeira que se nos apresenta. Temos sido vitoriosos até aqui. Agora, o inimigo está dentro de casa gerando a discórdia. O cerco está apertando. Até quando o governador resistirá?

A obra de reestruturação apresentada é questionável. O governador após, tão somente, a sua concordância no documento, já que uma Ordem de Serviço da Presidência da Cedae estabelecia uma discussão preliminar para a implantação. Todavia, até aqui, não vi o debate. Nenhum membro do grupo criado para tal, montou um Seminário. Tenho ouvido muitas críticas.

Foto: Arquivo



“Acorda sociedade. Tira o engessamento total. Como está, “morrerá” e se tornará um embrulho à semelhança das múmias egípcias.”

Até da Associação dos Engenheiros da Petrobrás nos vem uma crítica à reestruturação daquela estatal que, “por mera coincidência”, somam-se às críticas havidas aqui na Cedae, que não tem tido ouvidos para elas.

A APU – Associação do Nível Universitário da Sabesp, se coloca à disposição da Aseac para, juntas, promoverem seminários internos para os trabalhadores, onde exporiam toda a experiência acumulada na transição de reorganização promovida pelos empregados e o governador Mario Covas.

Ao finalizar, gostaria de registrar a minha tristeza pelo final do mandato do colega Joper Padrão do Espírito Santo à frente da Prece. Agradeço em nome de todos os sócios da Aseac a luta acirrada que manteve contra a ameaça de intervenção do Governo Federal. Ao novo presidente Armando Costa Vieira, desejamos muito êxito porque dele dependemos. Oxalá, também, tenha reservas de energia para encarar os “monstros do Lago Paranoá que umidece o ar de Brasília”.

Dario Mondego
Presidente

Reestruturação mal feita pode quebrar CEDAE

Maior empresa do Estado, segunda maior do País no Setor, a CEDAE tem um papel fundamental como geradora de empregos diretos e indiretos, fonte de renda e de desenvolvimento econômico e social para todo o Rio de Janeiro. O projeto de reestruturação que está sendo proposto muda de imediato, sem um período de transição, todo o organograma da Companhia, colocando em aberto as suas feridas – como as perdas físicas e de faturamento – sem garantir, simultaneamente, e de imediato – o controle da Empresa como um todo, com a formulação de políticas de curto, médio e longo prazos para setores fundamentais da Companhia.

Pela proposta de reestruturação, a CEDAE será dividida em oito diretorias, sendo seis operacionais, além da presidência e das diretorias Administrativa e de Empreendimentos. Pressionada por divisões internas, a CEDAE vive hoje um processo difícil, no qual tem um espaço de tempo muito curto para se adaptar à sua nova estrutura, que prevê de imediato a criação de mais de 300 cargos de chefias de serviço, além de dezenas de outros cargos gerenciais.

A ASEAC publica abaixo uma radiografia da Empresa, lembrando a necessidade de uma discussão sobre a Empresa, envolvendo a todos – empregados, municípios e população atendida, que no mês de fevereiro tiveram suas contas aumentadas em 15%.

Uma potência engessada

Faturamento - R\$ 1,1 bilhão/ano
Arrecadação – R\$ 780 milhões/ano
Evasão financeira – 30%
Dívidas a receber – R\$ 1,1 bilhão
Empregos diretos – 8 mil
Empregos indiretos – 40 mil
Ligações de água – 1,36 milhão
Ligações de esgotos – 600 mil
Número de economias de água – 2,7 milhões
Número de economias de esgoto – 1,5 milhão
Total de economias – 4,2 milhões
População atendida com água – 9,2 milhões
População atendida com esgoto – 5,2 milhões
Produção de água – 60,3 m³/seg (ou 156.297.600 m³/mês)
Volume de esgotos – 34,1 m³/seg (ou 88 bilhões m³/mês)

Governo redesenha caminho das águas



DIRETORIA REGIONAL DE SEPETIBA

Bairros do Rio de Janeiro: Anchieta, Bangu, Bento Ribeiro, Campo dos Afonsos, Cascadura, Cavalcante, Colegio, Costa Barros, Deodoro, Engenheiro Leal, Guadalupe, Jardim Sulacap, Madureira, Magalhães Bastos, Marechal Hermes, Oswaldo Cruz, Padre Miguel, Parque Anchieta, Quintino Bocaiúva, Realengo Ricardo Albuquerque, Senador Camará, Vista Alegre, Vaz Lobo, Vicente Carvalho, Vila Militar, Vila Kosmo, Barra de Guaratiba, Campo Grande Cosmo, Guaratiba, Inhoáiba, Pedra de Guaratiba, Paciência, Restinga da Marambaia, Santíssimo, Senador Vasconcelos, Sepetiba, Santa Cruz.

Municípios: Angra dos Reis, Mangaratiba, Itaguaí, Seropédica e Queimados

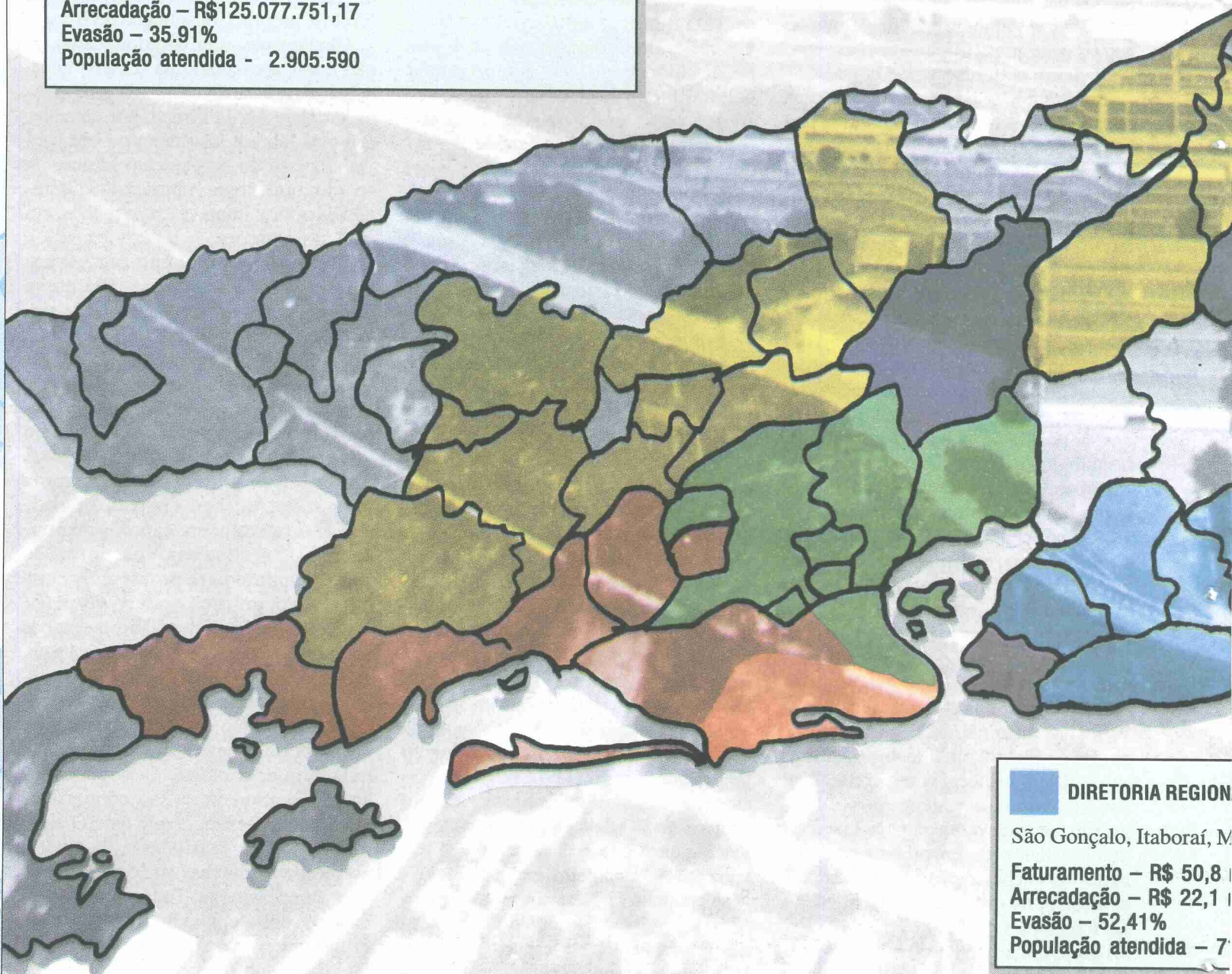
Faturamento: R\$ 200.979.035,38
Arrecadação – R\$125.077.751,17
Evasão – 35,91%
População atendida - 2.905.590



DIRETORIA REGIONAL OCEÂNICA

Bairros do Rio de Janeiro: Jacarepaguá, Recreio, Barra, Conrado, Leblon, Ipanema, Copacabana, Leme, Lagoa, Jardim Botânico, e Gávea

Faturamento - R\$ 243,3 milhões
Arrecadação - R\$ 203 milhões
Evasão - 15,9%
População atendida - 889.249

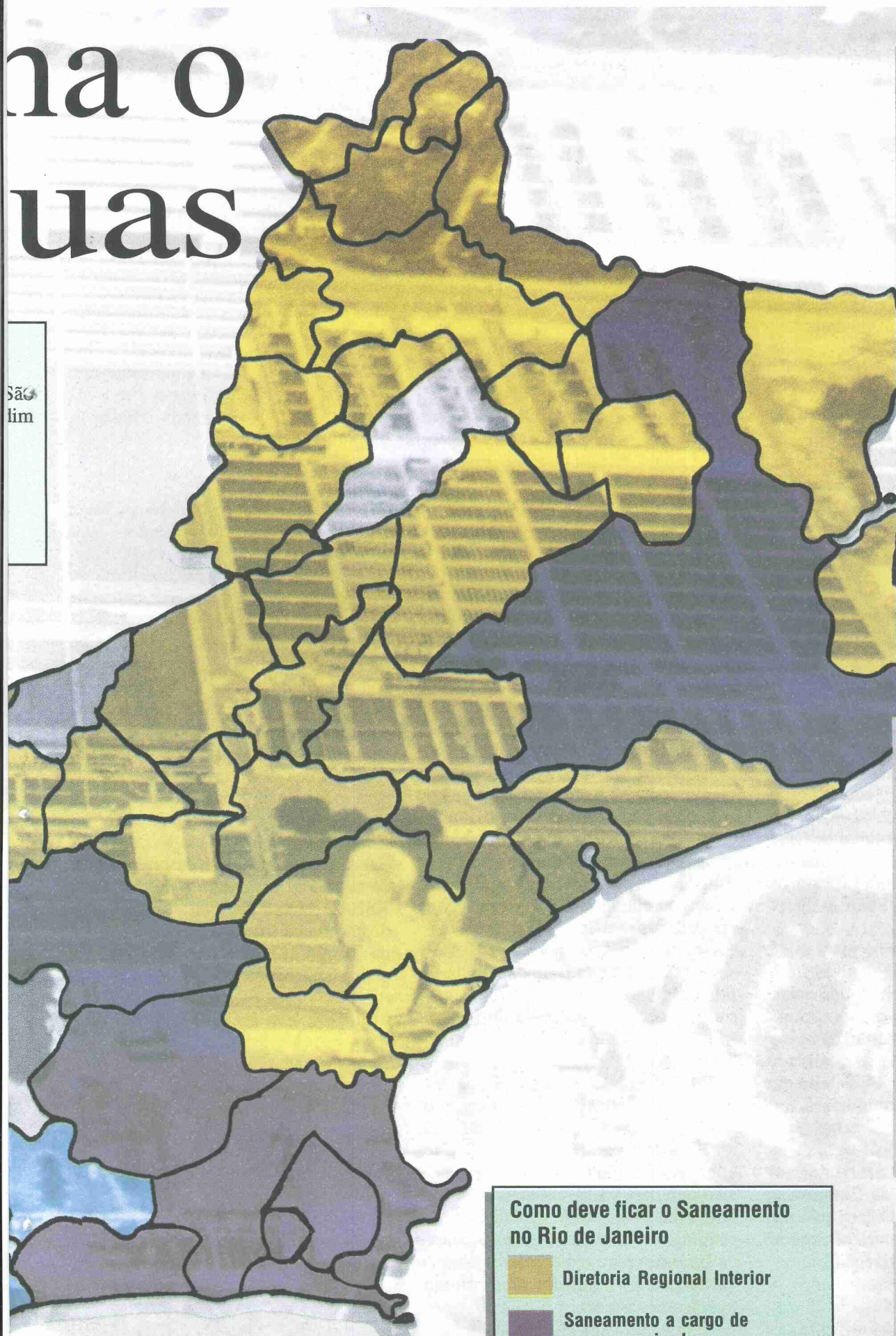


DIRETORIA REGIONAL

Municípios: São Gonçalo, Itaboraí, M...
Faturamento – R\$ 50,8 |
Arrecadação – R\$ 22,1 |
Evasão – 52,41%
População atendida – 7...

na o uas

São
lim



AL BAÍA DE GUANABARA LESTE

laricá, Rio Bonito e Tanguá

milhões
milhão

14 mil

Como deve ficar o Saneamento no Rio de Janeiro

- Diretoria Regional Interior
- Saneamento a cargo de empresa privada
- Diretoria Regional Baía de Guanabara Leste
- Diretoria Regional Oceânica
- Diretoria Regional Baía de Guanabara Oeste
- Diretoria Regional de Sepetiba
- Saneamento a cargo do município

DIRETORIA REGIONAL BAÍA DE GUANABARA OESTE

Bairros do Rio de Janeiro: Abolição, Acari, Água Santa, Andaraí, Barros Filho, Benfica, Bonsucesso, Botafogo, Brás de Pina, Cachambi, Caju, Campinho, Catete, Catumbi, Centro, Cidade Nova, Coelho Neto, Complexo da Maré, Complexo do Alemão, Cordovil, Cosme Velho, Del Castilho, Encantado, Engenho da Rainha, Engenho de Dentro, Engenho Novo, Estácio, Flamengo, Gamboa, Glória, Grajaú, Higienópolis, Honório Gurgel, Humaitá, Ilha do Governador, Ilha de Paquetá, Inhaúma, Irajá, Jacaré, Jacarezinho, Jardim Carioca, Jardim América, Laranjeiras, Lins de Vasconcellos, Mangueira, Manguinhos, Maracanã, Maria da Graça, Méier, Olaria, Parada de Lucas, Pavuna, Penha, Piedade, Pilares, Praça da Bandeira, Ramos, Riachuelo, Rio Comprido, Rocha, Sampaio, Santa Tereza, Santo Cristo, São Cristovão, São Francisco Xavier, Saúde, Tijuca, Todos os Santos, Tomás Coelho, Urca, Vigário Geral, Vila Isabel e Vila Valqueire,
Municípios: Magé, Duque de Caxias, Belford Roxo, São João de Meriti Nova Iguaçu; Japeri e Nilópolis.

Faturamento: R\$ 533.425.814,53
Arrecadação: R\$ 386.728.513,39
Evasão: 25,76%
População atendida – 6.042.961

DIRETORIA REGIONAL INTERIOR

Municípios: Miracema, Macaé, São Fidélis; Teresópolis, Sapucaia, Duas Barras, Sumidouro, Bom Jardim, São Fidélis, Trajano de Moraes, Santa Maria Madalena, Santo Antônio de Pádua, Aperibé, Miracema, São José do Ubá, Italva, Cardoso Moreira, Laje do Muriaé, Itaperuna, Bom Jesus do Itabapoana, Natividade, Porciúncula, Varre e Sai, Itaocara, São Sebastião do Alto, Cantagalo, Cordeiro e Macuco, Conceição de Macacu, Piraí, Pinheiral, Rio Claro, Paulo de Frontin, Paracambi, Barra do Piraí, Paty do Alferes, Miguel Pereira, Paraíba do Sul, Vassouras, Rio das Ostras, Casimiro de Abreu, Macaé, Carapebus, São João da Barra, São Francisco de Itabapoana, Trajano de Moraes e Quissamã.

Faturamento – R\$ 46,3 milhões
Arrecadação – R\$ 28,6 milhões
Evasão – 33,6%
População atendida - 974.434

DIRETORIA DE PRODUÇÃO E TRATAMENTO

Sistema Guandu/Lameirão/Acari/Lajes/Imunana-Laranjal

Há hoje na CEDAE uma grande discussão sobre como vai ser cobrança da água a ser vendida pela diretoria de Produção e Tratamento às diretorias regionais operacionais. Sem nenhum estudo determinante, as diretorias regionais, embora tenham sido apenas indicadas e não nomeadas oficialmente, não sabem o que fazer. Fontes da CEDAE informam que existem duas tendências. A primeira delas seria cobrar o preço de R\$0,35 pelo metro cúbico, segundo edital de privatização da Barra/Recreio/Jacarepaguá – suspenso pelo governo do Estado. A outra opção seria vender o metro cúbico da água a R\$0,14 – preço pago pela Empresa Águas de Niterói e que está sendo contestado pela CEDAE.

Correção de rumos

Técnicos defendem a reestruturação da CEDAE, mas entendem que sem transparência na discussão, modelo não garante interesses da sociedade

Onde a CEDAE quer chegar? Qual o seu objetivo? Quais as suas metas? Qual a política de Saneamento do governo do Estado? O que Anthony Garotinho espera da CEDAE? Como vai a avaliação de desempenho de cada diretoria regional?

Sem ter resposta a estas perguntas, a CEDAE vive hoje um momento difícil, que pode trazer o caos para a Empresa. Esperada durante anos, a proposta de reestruturação da Companhia não foi discutida com os seus técnicos e, muito menos, com todos os seus empregados que, assustados com o fantasma da privatização, se mostram reticentes com relação às boas intenções do governo Garotinho.

O resultado desta imposição é que hoje a Empresa vive a ameaça de uma greve geral, quando deveria estar de mãos dadas para tentar intervir e participar do processo de reestruturação da Empresa, de forma a trazer melhoria para a qualidade de vida da população do Estado do Rio de Janeiro.

A ASEAC sempre defendeu a descentralização, a democratização da Empresa, em conjunto com os municípios, como única forma de construirmos uma nova CEDAE, onde os interesses da sociedade sejam maiores do que os políticos, onde a corrupção e os desmandos deixem de ocorrer. Logo, é favorável à proposta do governo esta-

dual, mas alerta para a necessidade de alguns ajustes, como a implantação imediata de mecanismos de controle – que deveriam estar nas mãos da presidência da Empresa – a quem deveria caber a definição das políticas tarifárias, de investimentos e de recursos humanos. Além disso, a ASEAC considera prioritária a articulação com os municípios, de forma que os prefeitos participem da reestruturação da Empresa, apresentando prioridades de investimentos e atendimento em suas áreas.

Por fim, a ASEAC defende a implantação imediata de uma política para os clientes, de forma que eles também opinem sobre a reestruturação da CEDAE. A ASEAC lembra ainda a necessidade de se desenvolver um trabalho com os empregados da Empresa, para que eles se engajem na luta contra as perdas físicas e financeiras, contra o desperdício. Além disso, a ASEAC adverte que o momento não é de defender o corporativismo ou as mordomias, mas o de fazer o governador Garotinho entender que o sucesso da reestruturação da CEDAE pode ser o trampolim para que ele se projete no cenário político, até internacionalmente.

Para a ASEAC, é importante que o governador entenda que nenhuma empresa do porte da CEDAE pode mexer em toda a sua estrutura organizacional sem um suporte de controle, de planejamento e um programa de qualidade. Mais do que isso, a ASEAC alerta que este processo de reestruturação não é fácil e que a Empresa vai errar várias vezes antes de concluí-lo. Logo, se não houver uma vontade política muito grande, há o medo dentro da Empresa de que estes erros – normais, em qualquer reestruturação – sejam utilizados como desculpas para a privatização.

O risco da falta de um processo de transição

A descentralização é fundamental para que a CEDAE se torne uma empresa moderna, menos autoritária e que respeite o consumidor. Apenas para lembrar, a SABESP, maior Empresa de Saneamento do País, iniciou seu processo de descentralização administrativa no primeiro governo Covas.

Havia a intenção política de Mário Covas de não privatizar a Empresa, apesar das pressões internas e exter-

nas. Logo, durante um ano e quatro meses, a Empresa discutiu internamente, com a participação de todos os funcionários, a sua nova estrutura. O resultado foi que no ano de 2000, a SABESP teve um lucro de R\$ 600 milhões, transformando Mário Covas em um símbolo nacional – que só não vai ser o próximo presidente da República, porque está seriamente doente.

Ao analisar o tempo que a SABESP levou para fazer a sua reestruturação, a ASEAC vê com preocupação o projeto que está sendo imposto à CEDAE, que não prevê um período de transição para que a Empresa como um todo se conscientize de que são necessárias mudanças urgentes, a fim de que se possa universalizar os serviços de Saneamento nas áreas atendidas pela Empresa no Estado. Hoje, é impossível transformar a CEDAE em uma empresa mais eficiente e melhor, se não houver o entendimento de todos os funcionários de que este é o único caminho para a Companhia. Aliás, esta é uma verdade que precisa ser encarada de frente: ou todos na Empresa lutam para que a CEDAE cresça ou ela vai acabar – seja fatiada em pedaços ou não.

Portanto, a sugestão da ASEAC é de que a direção da Empresa inicie seminários internos para que todos possam ter acesso à proposta de reestruturação apresentada e que opinem sobre a ela.

Entre outras questões, a descentralização das licitações, por exemplo, pressupõe a criação de Unidades de Licitações nas várias Unidades de Negócios que serão criadas. Logo, é preciso que haja uma coordenação geral – uma área de controle e planejamento estratégico – por parte da presidência da Empresa para o setor de licitação e vários outros, como Recursos Humanos, Comercial etc.

A área comercial

A ASEAC considera hoje que a área comercial é a mais sensível de toda a Empresa e vê com receio a sua descentralização imediata, sem que sejam tomadas medidas preventivas de controle. Na verdade, os técnicos da CEDAE admitem o risco de a Empresa quebrar no prazo de três meses, se a descentralização

da CEDAE for feita de forma errada e apressada. Os técnicos lembram ainda que a nova estrutura proposta para a CEDAE não tem definido nenhum órgão de controle para a Empresa como um todo e pode se transformar em uma grande armadilha, que venha até facilitar a sua privatização.

O grave problema social

Com cerca de oito mil empregados, a CEDAE vive hoje o drama de uma Empresa que está morrendo, pois os seus empregados têm uma baixa produtividade em função da idade média avançada (acima de 47 anos). Há anos, a Empresa não faz concurso público. Logo, a proposta da ASEAC é que se lance, de imediato, um concurso público para a contratação de pessoal e oxigenação da Empresa. Faz parte também da proposta que se desenvolvam treinamentos internos (reciclagem e programas de capacitação gerencial) para todos os funcionários que deverão assumir cargos de chefia, pois estes técnicos não estão preparados para administrar a Empresa de forma descentralizada, de uma hora para outra. Além disso, a ASEAC lembra que existe uma grande desmotivação dentro da Empresa, que pode atrapalhar se



Fotos de Arquivo





A ETA do Guandu vai se transformar numa unidade independente de produção e tratamento. A grande discussão agora é para saber por quanto vender o metro cúbico da água

não encarada de frente com programas de motivação internos.

Por fim, a ASEAC chama a atenção para a necessidade de se cobrar responsabilidades dos empregados que assumirem cargos de chefia, responsabilizando-os administrativa e criminalmente, se for o caso.

O orçamento, planejamento e custeio

É urgente que o orçamento da Empresa seja aberto e todos possam ter acesso a ele e às informações referentes a custeio, pagamento de empréstimos etc. Além, é claro, dos critérios da divisão dos recursos faturados pela Empresa, considerando-se, neste caso, a grave questão do subsídio cruzado, onde as áreas mais ricas subsidiam as mais carentes.

Para isso, seria preciso a implantação urgente de uma rede de computadores interligada, para que as informações da Empresa estejam abertas a área gerencial, que toma decisões na Empresa. Esta mesma rede poderá facilitar a circulação de outras informações de interesse, a tempo e a hora, facilitando a administração das várias diretorias a serem criadas.

A questão técnica

Aceita por alguns técnicos mas contestada por outros, a divisão da Empresa por bacias hidrográficas – que, em uma megacidade como o Rio de Janeiro, se tornaram bacias de rece-

bimento de esgotos - pode se tornar um problema. Isto porque, a curto e médio prazos e sem recursos suficientes, será difícil para a Empresa instalar macro medidores. Logo, não haverá como cobrar resultados das diretorias operacionais, principalmente, no que se refere a perdas.

Considerada por alguns como uma influência excessiva do pessoal da área de esgotos, a divisão da CEDAE, da forma como foi feita, criou três super diretorias: a de Produção e Tratamento, a Oceânica e a Baía de Guanabara Oeste. E a sugestão da ASEAC é que a CEDAE procure ajuda das Universidades Federal - UFRJ/COPPE - e do Estado - UERJ - para que este modelo seja revisado, com base em critérios que considerem a necessidade de universalização dos serviços de Saneamento.

Por fim, nesta questão, a ASEAC lembra a importância de que as nomeações não sejam políticas, mas acima de tudo técnicas. Pois cada diretoria deverá ser responsabilizada pelo não cumprimento de suas metas, que deverão fazer parte de um cronograma.

A questão legal

O governo federal, após assumir com o Fundo Monetário Internacional o compromisso de privatizar o Saneamento no País, não tem poupado esforços no sentido de pressionar os governadores para que estes vendam as estatais do Setor. A discussão sobre o poder concedente fez com que o pro-

cesso se tornasse lento. Para resolver a questão e ignorando a Constituição do País, FHC está enviando ao Congresso Nacional um projeto de lei que define o Estado como poder concedente nas Regiões Metropolitanas. A ASEAC defende o poder compartilhado entre estados e municípios nas Regiões Metropolitanas e micro regiões. E estranha a defesa da Secretaria de Saneamento do Estado do projeto do governo federal.

A questão política/Jurídica

Há alguns meses, o governador Anthony Garotinho fez um acordo com o então prefeito Luís Paulo Conde de privatizar o saneamento básico na Barra da Tijuca/Recreio/Jacarepaguá. Tudo estava acertado e as intenções de voto diziam que Conde seria reeleito prefeito do Rio de Janeiro. Mas deu zebra e César Maia, apesar dos prognósticos contrários, ganhou a eleição.

Imediatamente após a derrota de seu candidato, Anthony Garotinho voltou atrás e resolveu que o Estado, através da CEDAE, faria as obras de Saneamento da Região, sendo que o Recreio dos Bandeirantes seria licitado em uma segunda fase. A notícia deixou os setores contrários à privatização satisfeitos, apostando nas desavenças entre César Maia e Garotinho. Os comentários eram os de que, enquanto eles estivessem brigando entre si, a CEDAE estaria salva da sanha do capital privado.

Claro, César Maia reagiu, disse

que quem faria a obra de Saneamento da Região seria o município, e foi à justiça. Esta, por sua vez, pediu que o governador e o prefeito tentassem chegar a um acordo, o que ocorreu nas últimas semanas. Pelo acordo feito entre Garotinho e César Maia, o Estado faz as obras da Barra da Tijuca/Jacarepaguá e, em troca, a CEDAE passa para o município do Rio todo o esgotamento sanitário da Zona Oeste da capital. Ou seja, ficou acertado que o município vai fazer a licitação para as obras de esgotamento sanitário da Zona Oeste.

A dúvida é quem vai pagar por essas obras? Isto considerando-se que, segundo a mídia divulgou, os serviços de água da mesma Região continuariam com a CEDAE? A ASEAC sabe que as empresas interessadas em adquirir os serviços de Saneamento não têm interesse apenas no esgotamento sanitário, elas querem é o faturamento imediato e certo. Em outras palavras, o sistema de produção/tratamento/distribuição da água.

Logo, a ASEAC não pode deixar de perguntar: O que mais foi acertado entre César Maia e Garotinho com relação a CEDAE na capital?

E mais: até quando vamos torcer para que os dois continuem brigando, de forma que esta desavença seja favorável à CEDAE?

Para responder a estas perguntas, a ASEAC quer falar diretamente com o governador Anthony Garotinho.

O renascimento da besta

Reestruturação na Petrobrás encobre estratégia privatista

JOSÉ CONRADO DE SOUZA*

Analizando os problemas causados em empresas que sofreram programas de reestruturação, a Revista Fortune publicou uma reportagem sobre o tema:

“Se você quer destruir uma empresa, faça uma reestruturação nela. A reestruturação provoca desemprego. Transforma os empregados em pessoas auto-referentes, amedrontadas, preocupadas apenas cada uma com o seu emprego e vendo no colega um inimigo potencial, uma vez que o enxugamento, a redução do número de empregados, só terminará com o fim da empresa. Depois da primeira reestruturação, a empresa só vai parar de ser reestruturada quando fechar suas portas. Com esse processo, o clima organizacional da empresa vai se tornando, cada vez mais, insuportável. E se constata que não há mais uma equipe trabalhando, mas, sim, um bando de individualistas”.

Qualquer semelhança com a Petrobrás não é mera coincidência.

Aliás, os petroleiros começaram a viver intensamente as palavras **unidades de negócios e reestruturação** a partir de 16 de março de 1990, com a posse do Sr. Fernando Collor no cargo de Presidente da República. Alguns meses depois, os brasileiros descobriram que tinham votado em alguém disposto a saquear o Brasil. Segundo a mídia, o Sr. Fernando Collor assumiu o cargo de Presidente com dois planos criminosos: o esquema PC-Farias, ligado a falcaturas no Orçamento da União, e o esquema PP, ligado a negócios escusos na Petrobrás.

O plano PP, elaborado por técnicos do governo Collor, no Bolo de Noiva, inspirados no memorando do CS Fisrt Boston e no decálogo da privatização do Banco Mundial, **recomendava a divisão da Petrobrás em unidades de negócios**, para competirem entre si por melhores resultados, uma competição autofágica, facilitando, assim, a privatização ou destruição da Petrobrás.

Revoltados e indignados, os brasileiros ocuparam as ruas e praças para dizer não ao programa entreguista e delegaram ao

maior nacionalista do Brasil, o **inesquecível e saudoso Barbosa Lima Sobrinho**, a tarefa de entregar ao Congresso Nacional o pedido de impeachment do Sr. Fernando Collor, o que de fato ocorreu e o povo festejou intensamente achando que estava livre daqueles esquemas entreguistas.

Ora, já dizia Bertold Brecht: **“Não comemorem a morte da besta homens; a cadela que lhe deu a luz está no cio novamente”**.

Esta frase de Bertold Brecht tem tudo a ver com o anúncio do presidente da Petrobrás, o brasileiro naturalizado francês Henri Philippe Reichstul, em 24/10/2000, da nova reestruturação da empresa, dividindo-a em 40 unidades de negócios e 20 unidades corporativas. Um modelo inadequado para companhias petrolíferas, que pode ser eficiente em outros setores, mas quase levou a IBM e a British Petroleum à falência – os prejuízos foram na ordem de US\$ 4 bilhões e US\$ 3 bilhões, respectivamente.

Segundo o presidente da Petrobrás, cada uma das dez refinarias será uma unidade de negócios. Cada unidade vai cuidar melhor de seus custos e buscar maiores resultados. Agora, os funcionários serão cobrados pelos resultados e será possível saber exatamente o desempenho de cada área de negócio. O modelo anterior permitia uma visão geral do negócio, com resultados médios apurados pela soma de bons e maus desempenhos.

Ou seja, as refinarias da Petrobrás, com a nova reestruturação, priorizarão os lucros individuais. Antes, existia um planejamento que otimizava o suprimento do Brasil ao menor custo para a sociedade e propiciando lucro à Petrobrás. E assim foi durante os últimos 47 anos, por meio de uma estrutura organizacional vencedora, colocando a Petrobrás entre as 14 maiores empresas de petróleo do mundo e como a que mais contribuiu para o desenvolvimento da prospecção e produção de petróleo em águas profundas.

Enquanto as grandes empresas multinacionais de petróleo se fundem visando ao seu fortalecimento e, assim, uma mai-

or resistência ao processo de competição predatória inerente à indústria de petróleo, o francês presidente da Petrobrás aprova um projeto de dividir a empresa em 60 unidades. Só nos últimos dois anos, houve uma febre de fusões, como a da Exxon com a Mobil e a britânica BP com a Amoco e depois com a Arco e, mais recentemente, a Chevron com a Texaco.

A atual administração alega que a divisão da Petrobrás em unidades de negócios vai permitir a identificação dos bons e dos maus gerentes. Ora, se descontarmos o lucro obtido com a produção de petróleo, provavelmente a Petrobrás apresentaria prejuízo em 2000. Os atuais diretores, o presidente e o Conselho de Administração aprovaram a compra de duas refinarias pequenas na Bolívia (duas chaleiras), um negócio que está no vermelho. Aprovaram a troca de 30% da REFAP e 10% da produção do campo de Albacora leste por uma refinaria velha, de mais de 75 anos, obsoleta, sem mercado e localizada na Argentina, país cuja economia é um verdadeiro barril de pólvora, podendo também se constituir em outro brutal prejuízo. E mais, já falam abertamente em vender a REDUC, depois será a vez da REPLAN, da REPAR etc. Ou seja, a Petrobrás está sendo administrada por maus gerentes que não respeitam a Lei.

Afinal, a Lei 9.478, que quebrou o monopólio do petróleo, estabeleceu que a União deveria ser proprietária de 50% mais uma das ações ordinárias da Petrobrás, a fim de garantir ao Governo o poder, de fato, sobre as refinarias, os terminais, os campos de petróleo etc. da Petrobrás.

Ora, depois da venda de parte das ações ordinárias da Petrobrás, a União é proprietária de apenas 55% das ações ordinárias. Como a atual diretoria da Petrobrás vendeu 30% da REFAP, significa que a Petrobrás é dona apenas de 70% da REFAP e, portanto, a União não tem mais o poder sobre a REFAP porque 55% de 70% equivalem a 38,5%, ou seja, menos de 50%, o que é ilegal, segundo a Lei 9.478.

Não há dúvida, **é o renascimento da besta**. É o plano Collor de destrui-

“Não comemorem a morte da besta, homens; a cadela que lhe deu a luz está no cio novamente”.

Bertold Brecht

ção da Petrobrás resgatado e sendo aplicado com criminoso competência pelos representantes do neoliberalismo e alguns chefes que tiveram seus salários corrigidos em 100% e, por isso, adotam a postura de não sei, não vi, não ouvi...

O resultado das eleições para prefeito foi um recado do povo, abominando a roubalheira e premiando a ética. É uma luz no fim do túnel. É a esperança de responsabilizarmos os que estão cometendo o crime de destruir a Petrobrás conforme exigência dos interesses alheios à Nação, chegando ao absurdo, inclusive ignorando o Congresso Nacional e o povo, de anunciar a mudança do nome da Petrobrás, porque, segundo eles, não é bem aceito no exterior.

Com certeza, perto dessa turma que resgatou e está aplicando o plano Collor de destruição da Petrobrás, dividindo-a em unidades de negócios e entregando nossas reservas petrolíferas aos estrangeiros, o Nicolau lalau é um batedor de carteira – um mero trombadinha.

* Jose Conrado de Souza é Diretor de Comunicação da Associação dos Engenheiros da Petrobrás - AEPET

- mudou-se
- recusado
- desconhecido
- endereço insuficiente
- não existe nº indicado
- falecido
- ausente
- não procurado

Reintegrado ao serviço postal

Em / /

Em / /

Carteiro

